



## O CURSO PEG: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CURRÍCULO E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

MIRANDA, Pauline Vielmo<sup>1</sup>; PEREIRA, Ascísio dos Reis<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa está relacionada a dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, tendo por objetivo analisar a proposta curricular do PEG (Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e sua coerência no que concerne à formação de professores, a partir das políticas formativas recomendadas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O delineamento da pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa, que se utilizou de análise documental como instrumento de coleta de dados. Partiu-se de uma análise das políticas públicas da Educação Profissional e formação de professores para a EPT em nosso país e da análise do projeto político pedagógico do curso PEG. Quanto ao curso PEG, em sua reformulação curricular, buscou aprimorar e atender as modificações sugeridas através das avaliações institucionais e pelos envolvidos no programa. É através do currículo que temos uma das oportunidades de mudança, uma vez que este se articula para dar condições de uma formação de sujeitos ativos na sociedade e conscientes do seu trabalho social. Por fim, suscita-se que algumas reflexões são necessárias, como a compreensão que para atuar no ensino técnico, não basta apenas conhecimento técnico de sua área de formação inicial, pois precisamos de uma longa e específica formação pedagógica.

**Palavras-chave:** Formação de Professores. Educação Profissional e Tecnológica. Projeto Político Pedagógico.

**Abstract:** This research is related to the master's dissertation of the Post-Graduate Program in Professional and Technological Education of the Industrial Technical College of Santa Maria, aiming to analyze the curricular proposal of the PEG (Teacher Training Course for Professional Education) of the Federal University of Santa Maria (UFSM) and if there is consistency regarding teacher training, based on the recommended training policies for Vocational and Technological Education (EFA). This research is related to The research design is anchored in a qualitative approach, which used documentary analysis as a data collection instrument. It was based on an analysis of the public policies of Professional Education and teacher training for EFA in our country and the analysis of the pedagogical political project of the PEG course. As for the PEG course, in its curricular reformulation, it sought to improve and attend to the modifications suggested through the institutional evaluations and those involved in the program. It is through the curriculum that we have one of the opportunities for change, once this is articulated to give conditions for a formation of active subjects in society and aware of their social work. Finally, it is suggested that some reflections are necessary, such as the

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – UFSM e especialização em andamento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas a Educação - UFSM.

E-mail: pauline.v.miranda@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação - UNICAMP e Professor da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ascisio.pereira@ufsm.br



understanding that to act in technical education, it is not enough only technical knowledge of its area of initial training, because we need a long and specific pedagogical training.

**Keywords:** Teacher Training. Professional and Technological Education. Political Pedagogical Project.

## INTRODUÇÃO

Os cursos de formação de professores para a EPT, têm como propósito qualificar o docente, egresso de um curso de bacharelado ou tecnólogo, se diferenciando de cursos tradicionais de formação. Espera-se que, se reflitam as práticas desenvolvidas, na perspectiva que, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, melhorem as condições sociais e não apenas fortaleçam o mercado.

O Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional da UFSM (PEG), foi criado em 2009, na modalidade presencial, articulado entre Centros de Ensino da UFSM, da qual fazem parte: Centro de Educação (CE), Centro de Ciências Rurais (CCR), Colégio Técnico Industrial (CTISM) e Colégio Politécnico da UFSM. O PEG tem em vista a formação de professores para atuar na Educação Profissional, através de uma organização curricular que prevê a inserção do profissional destas áreas no espaço educacional e pelo crescimento da oferta do Ensino Técnico no país.

A elaboração, execução e implementação do curso se deu através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que ampliou a oferta de novos cursos e instituições de Ensino Superior público. Sua criação foi respaldada legalmente nos seguintes documentos: Resolução CNE/CEB nº 2/1997, Resolução CNE/CES nº 1/1999, Resolução CNE/CP nº 1/2002, Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, Decreto nº 5622 de 19 de dezembro de 2005, Parecer CNE nº 5/2006 e Parecer nº9/2007. A partir desse panorama, esta pesquisa tem por objetivo: Analisar a proposta curricular do PEG e sua coerência no que concerne à formação de professores, a partir das políticas formativas recomendadas para Educação Profissional e Tecnológica.

## METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa, exploratória quanto aos objetivos e documental quanto aos procedimentos técnicos.

A opção pela abordagem qualitativa permite um entendimento mais detalhado do objeto de pesquisa, proporcionando resultados mais abrangentes, subjetivos e respostas



relevantes do sujeito aos questionamentos levantados. Segundo Godoy (1995, p. 58) “a pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir eventos estudados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos”, buscando compreender fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos.

Se caracteriza quanto aos objetivos como uma pesquisa exploratória, pois como afirma Andrade (2010, p. 112) esse é “o primeiro passo de todo trabalho científico, o de proporcionar informações sobre determinado assunto”. Para Gil (2008, p. 41) isso acontece de modo que possibilite “a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados caracteriza-se como documental. A pesquisa documental é aquela que se baseia de acordo com Andrade (2010, p. 113) em “documentos primários”. Para Gil (2008) a pesquisa documental vale-se de “materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Em uma primeira fase, foi desenvolvida a Revisão Bibliográfica, referente aos elementos que subsidiaram a pesquisa, através da discussão dos aspectos conceituais sobre projeto político pedagógico e a formação docente na Educação Profissional. Essa revisão foi viabilizada utilizando-se de consultas na bibliografia pertinente à área, no banco de Dissertações e Teses do Portal da CAPES e periódicos científicos e anais de eventos, que segundo Gil (2008) “permitem a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e mantém o padrão de qualidade da pesquisa científica”.

Em uma segunda fase, foi realizada uma pesquisa Documental, verificando a coerência entre as necessidades formativas dos professores do ensino técnico, políticas educacionais da EPT e os projetos político-pedagógicos implementados pelo curso PEG.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As reformas educacionais ocorridas com a Lei nº 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), possibilitaram novos mecanismos para o desenvolvimento da educação profissional. A LDBEN/96 (BRASIL, 1996) dedica um capítulo, com quatro artigos, para tratar das diretrizes gerais da Educação Profissional.



# XVIII

## Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias  
na Educação a Distância  
III Mestrado de Trabalhos  
Científicos do PIBID  
VI Curso de Práticas Socioculturais  
Interdisciplinares  
VIII Encontro Estadual de  
Formação de Professores



Art. 39°. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Art. 40°. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41°. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42°. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, em 1997, começou a se pensar nas possibilidades pedagógicas e da formação de professores que atuaria na modalidade. É criado pelo Ministério da Educação, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que tinha como objetivo, de acordo com Menezes (2001) desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, com o objetivo de implantar um novo modelo de Educação Profissional, que propicie a ampliação de vagas, a diversificação de oferta e a definição de cursos de forma adequada às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia. Discutia aspectos pedagógicos, a flexibilização curricular, gestão escolar com autonomia, flexibilidade, captação de recursos e possibilita um sistema de Educação Profissional separado do Ensino Médio e Ensino Superior.

No mesmo ano, foi regulamentado um plano para formação de professores da Educação Profissional e Tecnológica, através da promulgação da Resolução CNE/CEB, nº 2/1997 (BRASIL, 1997), por meios de programas especiais de formação pedagógica.

Art. 1° - A formação de docentes no nível superior para as disciplinas que integram as quatro séries finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional em nível médio, será feita em cursos regulares de licenciatura, em cursos regulares para portadores de diplomas de educação superior e, bem assim, em programas especiais de formação pedagógica estabelecidos por esta Resolução. (BRASIL, 1997).

Destinados aos diplomados em cursos superiores, tais cursos especiais deviam se relacionar à habilitação pretendida, enfatizar a metodologia de ensino específica a ela, concedendo direitos a certificado e registro profissional equivalentes à licenciatura plena. A carga horária mínima era de 540 horas, incluindo a parte teórica e prática, com duração mínima



de 300 horas. Para Gabbi (2014), a mesma não foi suficiente para que pudesse ser implantada uma política de formação de professores.

Nessa perspectiva, em 2009, o PEG foi implementado para atender a demanda de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica da região central do estado do Rio Grande do Sul. A forma de ingresso, pelo currículo de 2009, se dava de forma semestral mediante edital público de seleção, através de entrevista e análise de currículo. A cada semestre ingressavam 150 alunos, distribuídos em três turmas de 50 alunos cada. Como requisitos exigia-se que fossem portadores de diploma de curso superior nas áreas de Indústria e Agrária.

O curso se desenvolve em regime especial de formação, com aulas nas sextas e sábados. O acadêmico ao concluir o curso, recebe o título de professor de Educação Profissional na forma de apostilamento no diploma de bacharelado. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP), conta com as inúmeras experiências de conhecimentos que serão proporcionados aos alunos, aliado a justificativa de implantação do curso, objetivos, diretrizes, práticas e análises de resultados do curso, se tornando o grande projeto do curso que responde pela sua organização no tempo e no espaço escolar.

Etimologicamente, o termo Projeto Pedagógico vem do latim *projectu*, que significa lançar para diante, plano, intento, desígnio (VEIGA, 2002). É extensão, ampliação, recriação, inovação, do presente já construído e, sendo histórico, pode ser transformado: um projeto necessita rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa, “tornar-se instituinte” (GADOTTI, 2000).

Paralelamente, para Veiga (2002), trata-se da própria organização do trabalho pedagógico e vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo, o PPP dará as indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico.

Espera-se dos educandos do PEG, ações que promovam, organizem e dinamizem a Educação Profissional, já que, o profissional formado pode atuar como docente em escolas de Educação Profissional, particulares e públicas, bem como em sindicatos, organizações não-governamentais e programas que ofereçam cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores ou cursos de Educação Profissional de nível médio.

Tal complexidade se refere ao perfil do docente egresso dessa modalidade de educação que exige uma diversidade de habilidades e competências que vão desde os desafios relativos às mudanças organizacionais que afetam as relações profissionais até a exigência de uma maior atenção às questões socioambientais, requerendo desse profissional, saberes e conhecimentos



imprescindíveis à reflexão, à análise e às intervenções propositivas tanto na atividade de trabalho quanto no contexto social maior. (UFSM, 2009).

Além disso, o docente egresso precisa compreender o processo de ensinar e aprender e que dê condições para uma formação integral. É necessário formar um professor que atenda as expectativas de qualidade dos processos de ensinar e de aprender e que contribua para qualificar as condições de formar integralmente um aluno para a vida, para o trabalho e para a cidadania. (UFSM, 2009).

O perfil esperado do formando do PEG, prima pela formação de professores bacharéis, que se capacitam para o ensino e pesquisa na Educação Profissional. Inclui-se o respeito as diversidades e o envolvimento na procura de soluções e alternativas para a Educação Profissional, como nos casos da repetência e evasão. Ressalta-se que dentre o perfil formativo desejado pelo curso, o aluno deve ter a capacidade de:

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária. Ter comprometimento com a qualidade da aprendizagem dos alunos. Facilitador e promotor de relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade e capacidade para apropriar-se de saberes pedagógicos necessários para a ação docente, tais como concepções epistemológicas que fundamentam a prática educativa. (UFSM, 2009).

A diversidade dos alunos que chegam nas escolas técnicas é uma das preocupações do projeto pedagógico do curso, ao se pensar uma formação docente que atenda essas demandas. Considerando a diversidade dos alunos que poderão ter acesso a oferta de educação profissional surgiu a necessidade de pensar sobre a formação do profissional que atuará como professor em etapas tão distintas do desenvolvimento humano, bem como em espaços escolares e não escolares tão diferenciados. (UFSM, 2009).

Aos docentes do curso cabe um importante papel na formação desses educadores, pois serão a referência na formação dos novos profissionais. De acordo com o PPC (UFSM, 2009) espera-se que os professores atuantes no curso sejam comprometidos com a formação de um professor capaz de atuar com conhecimento e criticidade nos espaços escolares e não-escolares, consciente da sua responsabilidade na formação dos profissionais que estarão sob sua orientação técnica, científica e pedagógica. Os professores que atuam no curso são lotados nos departamentos do Centro de Educação (Administração Escolar–ADE, Metodologia do Ensino–MEN, Educação Especial–EDE e Fundamentos da Educação–FUE), e nas unidades parceiras CTISM, CCR e Colégio Agrícola de Frederico Westphalen.



# XVIII

## Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias  
na Educação a Distância  
III Mestrado de Trabalhos  
Científicos do PIBIC  
VI Curso de Práticas Socioculturais  
Interdisciplinares  
VIII Encontro Estadual de  
Formação de Professores



Salienta-se que o currículo é elemento extremamente importante no âmbito educacional, pois “expressa interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo em dado momento e os valores dominantes que regem os processos educativos” (SACRISTÁN, 2000, p. 16). Etimologicamente, vem da palavra latina *scurrere* – correr – se refere ao curso ou carro de corrida. Segundo Goodson (1995) o currículo trata-se de um percurso a ser seguido ou, mais especificamente, apresentado, e nesse contexto de associação a pista de corrida. Ferraço (2006) nos alerta que não devemos nos limitarmos a essa visão do currículo que o toma como rota, trajetória ou curso, que garantirá a realização do percurso.

Pensando em Ensino Profissional e Tecnológico, ele estabelecerá conexões entre as disciplinas e a formação profissional específica do docente para tentar diminuir a fragmentação do currículo. O currículo irá acolher alunos com diferentes origens, capacidades, procedências sociais e também de diferente destino social, aqui representados pelo Ensino Técnico, e isto refletirá nos conteúdos a serem cursados naquela instituição. Freire (2005, p.45) afirma que o currículo “[...] tem que ver com: que conteúdos ensinar, a quem, a favor de quê, de quem, contra quê, contra quem, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar”.

Em julho de 2015, de acordo com o CNE nº 2, alteraram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais de formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e formação continuada. Dentre as novas diretrizes, ressaltamos o artigo 14º, que resalta mais uma vez, a descontinuidade e não-obrigatoriedade de formação pedagógica para o exercício da docência na educação profissional.

Art. 14º. Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida. (BRASIL, 2015).

Substancialmente, ampliou-se as cargas horárias dos cursos de Formação Pedagógica e solicitaram-se alterações e revisões nos cursos no prazo de dois anos. Isso direcionou a reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do PEG, que passou por uma reestruturação em 2015 (UFSM, 2015), desta forma os alunos ingressantes no primeiro semestre desse ano passaram por uma adaptação ao novo currículo e os ingressos do segundo semestre o cursaram integralmente. Os formandos do segundo semestre do mesmo ano, não foram adaptados ao novo currículo e se formaram com base no PPC vigente até então.



# XVIII

## Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias na Educação a Distância  
III Mestrado de Trabalhos Científicos do PIBIC  
VI Curso de Práticas Socioculturais Interdisciplinares  
VIII Encontro Estadual de Formação de Professores



O PPC de 2009 (UFSM, 2009) contava com uma carga horária total de 990 horas, que no currículo de 2015 (UFSM, 2015) passou a ser de 855 horas. Segundo a justificativa do recente PPC, nessa proposta, respeita-se as diretrizes e legislação vigente para a educação étnico-racial, ambiental e de acessibilidade previstas, que anteriormente, não constavam no Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, as mudanças:

Referem-se a proposições de disciplinas novas que, articuladamente, superam a sobreposição de conteúdos, que constituíam a matriz curricular anterior. Assim, outras disciplinas contemplam a reflexão teórico-prática pertinente à diversidade e aos desafios a serem enfrentados, no contexto da formação e atuação docente. (UFSM, 2015).

Atualmente, algumas mudanças se estabeleceram na forma de seleção, que prevê a realização de prova de redação, referentes à temática da Educação Profissional, elaborada pela Comissão Permanente de Vestibular (COPERVES). E soma-se ao requisito de ingresso ser portador de diploma tanto de curso superior bacharelado, como de cursos superiores tecnológicos.

As principais alterações curriculares foram nas disciplinas de Seminário Temático I, II e III foram excluídas do novo currículo e aparecem como Seminário Temático, no terceiro semestre da nova estrutura curricular. Da mesma forma, saem do currículo as disciplinas de Organização didático-pedagógica de Instituições de Ensino Profissional e Tecnológica e Ciência, Tecnologia e Sociedade. Alteram-se as cargas horárias das disciplinas de Tecnologias Aplicadas a Educação e Sistemas de informação e Libras, que passam de 30 para 45 horas e 60 para 45 horas, respectivamente.

O currículo é sempre o resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes onde seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente o currículo (SILVA, 2010). Adicionalmente, para Arroyo (2011) o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola, cercado e politizado, mas também é politizado, inovado e ressignificado.

Quando falamos em currículo, pensamos conhecimento, este o constitui, assim, o currículo está envolvido no que somos e no que nos tornamos a partir dele, quanto a nossa subjetividade e identidade (SILVA, 2010). Por isso, preocupamo-nos com a formação dos formadores, pois eles atuam nas subjetividades e colaboraram para a constituição de pessoas e trabalhadores sociais que atuarão no mundo do trabalho.

O docente, deste contexto, faz a redefinição de suas práticas sobre o currículo, pois adquirem um papel de primeira importância na modelação destes conteúdos, onde o ofício de



mestre se concretiza no espaço da sala de aula e no território do currículo (SACRÍSTAN, 2000; ARROYO, 2011).

Em suma, a construção da profissionalidade qualifica a docência, e isso está estritamente relacionado ao currículo, tanto no êxito, quanto no fracasso. É no currículo, que se garantem as possibilidades de uma formação integral de pessoas conscientes, críticas e autônomas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tratou do projeto político pedagógico da formação de bacharéis no PEG e como possivelmente reflete na sua prática docente na Educação Profissional e Tecnológica. Estas são algumas considerações das inúmeras possibilidades de interpretações que a pesquisa proporciona em seu desenvolvimento.

Consultamos o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso PEG o que nos auxiliou na compreensão das suas características. O PPC encontra-se atualizado e foi revisado em 2015. A Educação é um espaço dinâmico, não estático e que decorre de uma demanda da sociedade, no curso PEG não foi diferente, em sua reformulação curricular, buscou aprimorar e atender as modificações sugeridas através das avaliações institucionais e pelos envolvidos no programa. É através do currículo que temos uma das oportunidades de mudança, uma vez que este se articula para dar condições de uma formação de sujeitos ativos na sociedade e conscientes do seu trabalho social.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. 376 p.

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB n. 02/1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1997a. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB02\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf)> Acesso em: 14 nov. 2017.



\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=21028>. Acesso em: 20.ago. 2017.

FERRAÇO, C. E. Possibilidades para entender o currículo escolar. In: **Pátio: revista pedagógica**, Porto Alegre: Artes Médicas, v.10, n.37, p.8-11, abr. 2006.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 144 p.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008, 200 p.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, mar-abr, 1995.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995,144 p.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H.. Verbete Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/programa-de-expansao-da-educacao-profissional-proep/>>. Acesso em: 01 de mar. 2018.

SACRÍSTAN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa, 3 ed, Porto Alegre: Artmed, 2000, 330 p.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2010, 154 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica (PEG – UFSM). 2009**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/peg/index.php/ensino/projeto-pedagogico-de-curso-ppc>>. Acesso: 20 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica (PEG – UFSM). 2015**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/peg/index.php/ensino/projeto-pedagogico-de-curso-ppc>>. Acesso: 10 jun. 2017.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.